

Servidores mostram força e unidade na paralisação



A paralisação promovida pelos servidores do TJSE no dia 26 refletiu a força e mobilização da categoria nesta Campanha Salarial. Organizada como uma resposta à intransigência do TJSE em não atender as reivindicações dos servidores, a paralisação chegou a atingir 80% nos fóruns da capital e do interior do estado.

No dia da paralisação, os servidores

promoveram uma manifestação na porta do Gumersindo Bessa como forma mostrar que continuam firmes na luta por respeito, valorização e justiça salarial.

A mobilização ganhou repercussão, inclusive, na imprensa nacional através de matérias nos telejornais *Jornal Hoje* e *Globo News*, no site *O Globo* e nos portais do sul do país - *Diário*

Catarinense e *Jornal de Santa Catarina*. A mídia sergipana também divulgou amplamente o ato dos servidores.

A categoria continua mobilizada, desejando que, na reunião do dia 1/11, o TJSE apresente propostas concretas para a valorização dos servidores concursados.

Diferente do que diz a Presidência, orçamento do TJSE terá aumento

De forma insistente, a Presidência do TJSE tem afirmado que não atenderá as reivindicações dos servidores devido ao suposto "corte" de recursos que o Judiciário "sofrerá" em 2012.

O argumento da Presidência não revela a veracidade dos fatos. O Orçamento de 2012 do Governo do Estado, em apreciação na Assembleia Legislativa, prevê que o TJSE terá um acréscimo de 10,48%. Em 2011, o recurso do TJ foi de R\$ 334,5 milhões. Já em 2012, será de 369,6 milhões.

Além de questionar os argumentos do TJSE, o SINDISERJ tem propostas concretas para que o Tribunal utilize os recursos de forma que valorize os servidores efetivos:

- Corte dos gastos com cargos comissionados em 50%;
- Extinção de gratificação dos servidores requisitados de outros órgãos;
- Regularização do quantitativo de servidores na atividade fim e na atividade meio, uma vez que está

identificado "inchaço" na área administrativa, e suspensão da criação de novos cargos;

- Transferir os gastos com a gratificação de desempenho (conhecido como 14º salário) para o salário-base de todos os servidores efetivos.

Além disso, os representantes do SINDISERJ propuseram à Presidência do TJ a realização de uma ação conjunta para pleitear junto ao Executivo e à Assembleia Legislativa o retorno dos aludidos recursos "diminuídos" do orçamento do Judiciário. No entanto, estranhamente, A Presidência do TJ abriu mão de exigir o que seria de direito e não aceitou a proposta do SINDISERJ, resumindo-se a dizer que está convencido da falta de recursos alegada pelo governo. No entanto, apesar do SINDISERJ não ter atribuição legal de gerir o Judiciário, não admitirá que a conta do "convencimento" dos gestores do TJ, que se eximiram de reivindicar o que era direito, seja paga pelos servidores concursados.

Nota da Presidência do TJ não convence servidores

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Em virtude da visível insatisfação da sociedade com os super-salários que sustentam as mamatas do TJSE, divulgados nos últimos protestos dos servidores efetivos, a Presidência do TJ, através do site, publicou uma nota, tentando justificar as injustificáveis distorções e afirmado que “tinha o sonho de atender os reclames dos servidores”, mas alega que isso não será possível diante de “questões orçamentárias”.

Ocorre que o argumento dúbio do “corte no orçamento do Poder Judiciário, para o próximo ano, de R\$ 24,5 milhões”, não passa de uma tentativa propositada de gerar um fato com intuito de se desviar os olhares das razões das reivindicações dos servidores, que exigem que a justiça comece a ser feita dentro da própria casa do Judiciário sergipano.

Na nota, a Presidência do TJ ainda tenta explicar a, até agora não comprovada falta de recursos, afirmado que os servidores têm sido beneficiados com reajustes maiores que a inflação a cada ano.

Entretanto, o TJ esqueceu de falar que essa mesma categoria de servidores ficou por mais de uma década sem sequer receber a reposição inflacionária, nos anos seguintes ao início da vigência da Constituição de 1988, o que causou uma violenta defasagem salarial, que resultou um mandado de injunção vitorioso dos servidores, mas – igualmente a tantos outros processos que reconhecem os

direitos dos trabalhadores do TJSE – até hoje sem o efetivo cumprimento.

Ao redigir a nota, a Presidência do TJ também se esqueceu de falar que, enquanto a magistratura brasileira luta para ser a mais bem remunerada do planeta, os reajustes concedidos aos servidores, não foram suficientes para aliviar a defasagem e as distorções salariais que tanto lhes prejudicam no TJSE; pois, ainda com os reajustes acima da inflação conquistados pelos servidores, na atualidade, em âmbito nacional, os salários dos que possuem nível médio encontram-se aproximadamente na 19ª colocação e os de nível superior na 21ª colocação, apesar de serem reconhecidos como os mais eficientes.

Um argumento perverso e torpe utilizado pela Presidência do TJ, para tentar confundir quem desconhece os feudos de privilégios por dentro das veias do TJSE, foi insinuar que os servidores foram “beneficiados” com o reajuste diferenciado que, por autoria do próprio TJ, no final de 2010, destruiu a carreira dos trabalhadores, o que até hoje é energicamente contestado pela categoria.

Na tentativa de defender a extensa rede de cargos que chegam a receber salários mais de 700% superior ao vencimento básico de cargos efetivos, o TJSE consentiu com o fato de apenas 06 (seis) cargos receberem os super-salários afirmados pelo SINDISERJ, mas o TJSE esqueceu de dizer que além dos 637 cargos em comissão informados, ainda existem 176 representações de CCs de natureza especial, que no último mês de setembro totalizaram R\$ 893.441,71, o que, numa média, corresponde a uma bagatela mamatinha de R\$ 5.076,37 para cada.

Além disso, o TJSE também se esqueceu de demonstrar se todos os 637 CCs e as 176 representações de cargos de natureza especial realmente são de direção, chefia ou assessoramento, em conformidade com o mandamento constitucional.

Por fim, em sua nota, a Presidência do TJ afirmou que tem realizado alguns “sonhos”. Foi citado o Programa Casa Própria, que atingiu um número muito pequeno de servidores, graças à baixa renda que impediu a grande maioria de sonhar em pagar o valor das parcelas.

Outro sonho citado pela Presidência do TJ foi a entrega de 270 modens, que, para o pesadelo dos oficiais de justiça e executores de mandados, estão sendo obrigados a exercer jornadas desumanas, trabalhando dia e noite. Atualmente, enquanto alguns sonham, os oficiais de justiça e executores são obrigados a passar noites em claro, recebendo e enviando mandados, das suas próprias residências, além de trabalharem o dia inteiro na sua atribuição essencial, fazendo a entrega das comunicações.

A nota da Presidência do TJ só reforça a falta de bom senso e o desrespeito às reivindicações dos servidores, além de comprovar a visão deturpada com que os gestores observam a situação dos servidores efetivos que, a cada dia, colaboram para elevar os níveis de eficiência dos serviços prestados nesse órgão à sociedade, e a insistência desregrada para tentar justificar as injustificáveis regalias que beneficiam uma seleta minoria.

ASSEMBLÉIA GERAL



03/11 às 15:30h

Local: Auditório da Sede Cultural do SINDISERJ
Pauta: Campanha Salarial e Paralisação das Atividades